



Centro Universitário de Brasília — UniCEUB  
Instituto CEUB de Pesquisa e Desenvolvimento — ICPD

**HELÝ CÁCIA GUEDES DE OLIVEIRA MARTINELLI**

**NEM TUDO QUE SE ESCREVE É O QUE SE FALA:  
A CONSTRUÇÃO DO SENTIDO DOS TEXTOS DO PLENÁRIO DA  
CÂMARA DOS DEPUTADOS**

**Brasília - DF  
2006**

**HELÝ CÁCIA GUEDES DE OLIVEIRA MARTINELLI**

**NEM TUDO QUE SE ESCREVE É O QUE SE FALA:  
A CONSTRUÇÃO DO SENTIDO DOS TEXTOS DO PLENÁRIO DA  
CÂMARA DOS DEPUTADOS**

Monografia apresentada ao Centro Universitário de Brasília — UniCEUB/ICPD/ como pré-requisito para obtenção de Certificado de Conclusão de Curso de Pós-Graduação *Latu Sensu*, na área de Língua Portuguesa.  
Orientadora: Joana da Silva Ormundo.

Brasília - DF  
2006

## DEDICATÓRIA

*Dedico este trabalho ao meu marido, Mauro Martinelli, por sempre me dar força em tudo aquilo que faço e que pretendo fazer; aos meus filhos, Breno e Brenda, por se constituírem diferentemente enquanto pessoas igualmente belos e admiráveis em essência, estímulos que me impulsionaram a buscar vida nova a cada dia; e à minha mãe, Glenira, exemplo de vida, de garra, de força e perseverança. Meus agradecimentos por terem aceito se privar da minha companhia pelo estudo, concedendo a mim a oportunidade de me atualizar mais.*

## **AGRADECIMENTOS**

À minha orientadora, pelo incentivo, simpatia e presteza no auxílio às atividades e discussões sobre o andamento e normatização desta monografia de conclusão do curso.

A todos os professores, pelo carinho, dedicação e entusiasmo demonstrado ao longo do curso.

Aos colegas da classe, pela espontaneidade e alegria na troca de informações e materiais numa rara demonstração de amizade e solidariedade.

À minha família, pela paciência em tolerar minha ausência.

E, finalmente, a Deus, pela oportunidade e pelo privilégio que me foi dado em compartilhar tamanha experiência e, ao frequentar este curso, perceber e atentar para relevância de temas que não faziam parte de nossas vidas.

## RESUMO

Esta pesquisa tem por objetivo compreender os processos de construção do sentido dos discursos proferidos no plenário da Câmara dos Deputados para mostrar que um texto escrito não representa fielmente o oral. E mais, identifica os apagamentos na transposição da linguagem oral para a escrita, mostrando as dificuldades por que passam os profissionais da taquigrafia da Câmara dos Deputados no tocante a essa transcrição do discurso parlamentar, sem pecar na fidelidade ao orador, e, ao mesmo tempo, obedecendo às regras impostas pela norma culta da língua. Os procedimentos para tal análise baseiam-se na comparação entre 2 textos *ipsis verbis* com os mesmos textos revisados de 2 Parlamentares diferentes para mostrar os apagamentos ocorridos nesses discursos. Os resultados obtidos nessa pesquisa demonstram a complexidade do trabalho desses profissionais no aprimoramento dos textos sempre primando pela clareza e concisão textuais. E mais, a publicação de um discurso exatamente como foi pronunciado em plenário levaria à conspurcação da imagem do Parlamentar. Em conclusão, nem tudo que se escreve é o que se fala. Não há como representar a fala integralmente na escrita.

**PALAVRAS-CHAVE:** discurso, discurso parlamentar, fala, escrita

## ABSTRACT

This research aims to understand the sense's construction processes of discourses pronounced in the plenary assembly of the House of Representatives to show that a written text does not represent the verbal one faithful. Further, identifies the deletions in the transposition of verbal language for writing, showing the difficulties for what the shorthand professionals of the House of Representatives pass in regards to this transcription of parliamentary discourse, without sinning in the allegiance to the orator, and, at the same time, obeying the rules imposed by a cultured norm of the language. The procedures for such analysis are based on a comparison enter 2 texts *ipsis verbis* with the same revised texts of 2 different Parliamentarians to show deletions occurred in these discourses. The results gotten in this research demonstrate the complexity of the work of these professionals in the improvement of the texts, always obeying literal clarity and concision. Further more, the publication of a discourse accurately how it was sharp in plenary assembly would lead to the corruption of Parliamentarian's image. In neither conclusion, nor everything what it is written is what it is said. There is not a "safe" way to represent it integrally the speech in the writing.

**KEY-WORDS:** discourse, parliamentary discourse, speech, writing.

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	8
<b>1 CONTEXTUALIZAÇÃO (Capítulo I)</b> .....	11
1.1 A linguagem escrita no olhar dos taquígrafos da Câmara dos Deputados.....	12
1.2 Prática discursiva da Câmara dos Deputados .....	12
1.3 O trabalho do Departamento de Taquigrafia da Câmara dos Deputados.....	14
1.4 Retextualização na atividade taquigráfica.....	17
<b>2 APONTAMENTOS TEÓRICOS (Capítulo II)</b> .....	20
2.1 Linguagem, poder e discriminação.....	20
2.2 Elementos lingüísticos discursivos.....	21
2.3 Quadro tridimensional de Fairclough — texto: prática discursiva e prática social.....	24
<b>3 METODOLOGIA — DA FALA PARA A ESCRITA (Capítulo III)</b> .....	28
<b>4 ANÁLISE: NEM TUDO QUE SE ESCREVE É O QUE SE FALA (Capítulo IV)</b> .....	31
4.1 Análise do Discurso do Deputado Luiz Couto.....	31
4.2 Análise do Discurso do Deputado Zico Bronzeado.....	37
4.3 Os apagamentos na transcrição do discurso oral para escrito (retextualização), sem alteração do sentido.....	42
4.4 Retextualizar: uma tarefa difícil.....	44
<b>CONCLUSÃO</b> .....	46
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	48
<b>ANEXO 1 DISCURSO DO DEPUTADO LUIZ COUTO (<i>ipsis verbis</i>)</b> .....	50
<b>ANEXO 2 DISCURSO DO DEPUTADO LUIZ COUTO (revisado)</b> .....	51
<b>ANEXO 3 DISCURSO DO DEPUTADO ZICO BRONZEADO (<i>ipsis verbis</i>)</b> .....	52
<b>ANEXO 4 DISCURSO DO DEPUTADO ZICO BRONZEADO (revisado)</b> .....	53

## INTRODUÇÃO

A Câmara dos Deputados é a casa do povo, que tem função de elaborar leis para a população. O seu aspecto diversificado pode-se manifestar na fala de seus componentes – Deputados oriundos de todos os Estados do Brasil e do Distrito Federal. Cada Deputado traz, na fala, as marcas da própria região. Preservar essas marcas na transformação do discurso oral para o transcrito é tarefa do taquígrafo. O modo como fala cada Deputado, as escolhas de estruturas gramaticais e de léxico, tudo isso pode e deve ser preservado, levando-se em conta, sobretudo, o estilo do orador.

O objetivo desta pesquisa é compreender os processos de construção do sentido de textos do plenário da Câmara dos Deputados, por meio do arcabouço teórico de Marcuschi (2005), Koch (1997) e Maria da Graça da Costa Val (1999), para relacionar a difícil tarefa na transposição da língua falada para a escrita e as dificuldades por que passam os taquígrafos nesse ofício, respeitando a fidelidade ao orador, as regras estabelecidas pela norma culta da língua e pela instituição. E mais, identificar os apagamentos ocorridos nos pronunciamentos de dois Deputados, no tocante à transcrição escrita para mostrar que os textos literais — por apresentarem marcas da oralidade — são em muitos casos confusos e até incompreensíveis. Pretende, também, dentro de uma perspectiva de significação e contexto, mostrar que a simples troca de léxico e tempos verbais ou cortes de palavras, entre outras interferências, implica a mudança de direção que a leitura pode tomar.

Será feita uma comparação, parágrafo por parágrafo, entre o discurso oral e o escrito de dois Deputados diferentes, Zico Bronzeado, do Partido dos Trabalhadores, no Acre, e Luiz Couto, também do Partido dos Trabalhadores, na Paraíba. Foram escolhidos esses Deputados porque são duas referências na Câmara dos Deputados. O primeiro, seringueiro, se esforça para falar corretamente e ser entendido, porém não obtém êxito em seu intento. No seu discurso observa-se que o taquígrafo tem que tomar muito cuidado para não desvirtuar o sentido do texto, pois é necessário mexer muito na estrutura dos aspectos gramaticais. S.Exa. é muito confuso. O segundo, apesar de ser padre e praticar sermões nas missas celebradas, possui uma linguagem muito coloquial, cheia de vícios de linguagem e redundâncias. Assim, evidencia-se a habilidade humana dessa categoria em transformar um discurso incompreensível numa linguagem clara, escorreita e obedecendo aos padrões da norma culta. Trabalhos mecânicos vão sendo atribuídos às máquinas, enquanto habilidades estritamente humanas — como melhoramento de um discurso de forma a facilitar sua compreensão — é atribuída a essa categoria de trabalhadores. Trata-se de atividade complexa e sofisticada que nos exige conhecimento e pesquisa em diversos campos.

A realização dessa pesquisa será feita por meio de análise de discursos proferidos em plenário e, posteriormente, colhidos na Internet, na página da Câmara dos Deputados. Vale ressaltar que, para termos acesso ao discurso oral dos Parlamentares citados, valemos do SITAQ – Sistema da Taquigrafia, onde nele está inserido o áudio da Câmara dos Deputados.

A Lingüística Textual se dedica ao estudo do funcionamento da língua nos processos comunicativos de uma sociedade concreta. Compreender a escrita é algo

fascinante, ainda mais associando sua relação com a oralidade e entre grafia e discurso. Assim procedem aos estudos de Koch (2004) a respeito, objetivando orientar o interlocutor na construção do sentido, bem como a tese de Marcuschi (1999) de que a escrita não é a representação da fala.

Por que a Câmara dos Deputados não divulga o texto literal e o revisado, será que é para não conspurcar a imagem do Parlamentar perante a sociedade?

Por que a transcrição *ipsis verbis* das marcas da oralidade de um texto levam à dificuldade de entendimento de um texto escrito?

Trata-se de uma pesquisa documental, dividida em 4 capítulos, com base em teorias defendidas por estudiosos da análise do discurso e da lingüística textual. A finalidade é mostrar a dificuldade de transformar um discurso oral em escrito, sem pecar na fidelidade ao orador e com a intenção de registrar *ipsis verbis* o que ocorre em plenário. Para isso, foram selecionados alguns trechos dos discursos, que são representativos do *corpus*, para a devida análise. No primeiro capítulo, será feita uma contextualização da pesquisa, explicando o trabalho do Departamento de Taquigrafia da Câmara dos Deputados. No segundo capítulo, estão expressos os apontamentos teóricos, do ponto de vista da lingüística textual, ou seja, os elementos lingüísticos discursivos, e também do ponto de vista da análise do discurso. No terceiro capítulo, fala-se da metodologia, ou seja, procedimentos para realização do trabalho. No quarto e último capítulo, há análise de toda teoria trabalhada, por meio de textos de dois Deputados diferentes. Vale ressaltar que, dentre esses dois textos, há uma versão *ipsis verbis* e outra revisada para fazer um comparativo.

## 1 CONTEXTUALIZAÇÃO

Desde a tenra idade, aprendemos a falar e, posteriormente, a escrever, mas nunca paramos para pensar como surgiu a escrita.

Ao considerarmos a história da escrita, podemos observar que os desenhos registrados em cavernas há mais de 5 mil anos são os precursores de um afastamento da humanidade do seu contexto imediato de vida, relacionado ao desenvolvimento dos processos de mobilização. A escrita surgiu na Antiguidade para solucionar problemas práticos relacionados à memória. Ela possibilitou que nossa memória fosse modificada e ampliada. Ampliada porque, antes, para aprendermos e mantermos nossas tradições, tínhamos principalmente que decorar informações utilizando ritmos, rimas e repetições. E foi modificada porque, com o advento da escrita, passou a ser utilizada de outras formas conhecidas até então (CARDONA, 1981, p. 32).

Com a escrita, passamos a ter uma ferramenta que possibilita o registro dos acontecimentos, dos eventos, os que não gostaríamos de esquecer, nossos compromissos, anotações de todos os tipos e os guardamos para serem lidos e modificados posteriormente por nós ou pelos outros, se necessário.

Semiótica é o estudo dos signos, ou seja, as representações das coisas do mundo que estão em nossa mente. A semiótica ajuda a entender como as pessoas interpretam mensagens, interagem como objetos, pensam e se emocionam. (Disponível em: <[http://www.usabilidoido.com.br/cat\\_semiotica.html](http://www.usabilidoido.com.br/cat_semiotica.html)>. Acesso em: 11 set. 2006).

Partindo dessa modalidade, Semiótica poderia ser assim resumida como tudo aquilo que passa alguma mensagem, produz sentido, uma informação.

## **1.1 A LINGUAGEM ESCRITA NO OLHAR DOS TAQUÍGRAFOS DA CÂMARA DOS DEPUTADOS**

No Departamento de Taquigrafia da Câmara dos Deputados o que ocorre é o seguinte: o Deputado faz seu pronunciamento oral — que o denominamos “sem revisão do orador” —, posteriormente, esse profissional transcreve seus taquigramas para a Língua Portuguesa. Tudo isso para que o discurso do Parlamentar conste dos Anais da Casa, livro de registro de pronunciamentos de todos os Deputados de uma Legislatura, em ordem cronológica. Esses pronunciamentos servirão futuramente para pesquisas, coleta de dados, informações e farão parte da história do Parlamento.

## **1.2 PRÁTICA DISCURSIVA NA CÂMARA DOS DEPUTADOS**

O Parlamento é um bom exemplo de diversidade lingüística no Brasil. Ali coexistem diferentes culturas e diversos modos de falar. A Câmara dos Deputados — composta por 513 Deputados representantes dos Estados e do Distrito Federal —, apresenta ao País uma diversidade de estilos discursivos. Cada Deputado sinaliza, em seu discurso, região de origem, a profissão que exerce, crenças, ideologias, estabelecendo, assim, estilo próprio. Reproduz a visão que tem dos fatos, utilizando meios que considera adequados à compreensão pelo interlocutor. Zico Bronzeado, por exemplo, é seringueiro e seus discursos são marcados por expressões diferenciadas do ponto de vista da norma culta da língua.

**O SR. ZICO BRONZEADO** (PT-AC. Sem revisão do orador.) -Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu tinha me inscrito para falar da mesma matéria que o meu colega Deputado Nilson Mourão terminou de fazer o registro aqui nesta tribuna (Câmara dos Deputados, discurso em plenário do dia 08/05/2006).

O ano eleitoral está direcionando os holofotes para aqueles ambiciosos Deputados que desejam se reelegerem. A TV mostra o Parlamentar no exercício do discurso, ao vivo e em cores. Antigamente o público dos discursos se reduzia apenas às galerias, às bancadas, aos jornalistas presentes, aos ouvintes de rádio, hoje, alcança telespectadores. Há 11 anos no ar, a *TV Câmara* transmite para todo o Brasil pelo sistema satélite digital, atingindo milhões de cidadãos que dispõem de TV por assinatura. Essa transmissão ao vivo fez com que os Parlamentares se preocupassem com a qualidade dos seus discursos, caprichando na entonação da voz e inclusive gestos.

Os discursos são vistos e ouvidos, sem censura e sem cortes, com toda a carga emotiva que a imagem e o som possam transmitir, e desses recursos se valem os parlamentares para transmitir mensagem aos seus interlocutores/eleitores, para produzir sentidos — ele sabe como se dirigir ao seu interlocutor. A preocupação de como o discurso vai chegar ao seu destino final é tão importante que pontificam especialistas na arte de persuadir, oferecendo serviços pela Internet:

Impressione através do seu discurso. Atinja todos os objetivos propostos. Seja lembrado por mais de 20 anos por aquilo que você fala. Acerte na mosca, impressione, emocione, conquiste o que você quer. Não importa o público, nem o local. Faça seu pronunciamento utilizando recursos ainda desconhecidos até mesmo pelos grandes oradores. Não importa o tema, o público e o local. Impressiona. Atinja ou ouvintes utilizando os canais sensoriais dos mesmos, técnicas de programação neurológica, linguagem hipnótica e metafórica. (Disponível em: <<https://www.assessoriapolitica.com./discurso>>. Acesso em: 07 set. 2006).

Um discurso pode ser fabricado, e os recursos de persuasão podem ser intencionais, explícitos (como se pode ver do anúncio). Mas o discurso oral, de improviso, pode também trazer estas marcas de intencionalidade, sem que disso o orador se aperceba. O sentido depende de toda uma rede construída pelo orador, o que justifica a importância de se conhecerem as condições de produção. Todo falante tem uma intencionalidade, explícita em maior ou menor grau pela escolha lexical, ordenamento das assertivas, uso de operadores argumentativos ou, simplesmente, pela escolha do que dizer ou não dizer, ou do que dizer sem dizer, valendo-se, por exemplo, de interrupção com reticências, dos implícitos, dos pressupostos. Segundo Koch (1984, p. 24), “toda atividade de interpretação presente no cotidiano da linguagem fundamenta-se na suposição de que quem fala tem certas intenções ao comunicar-se. Compreender uma enunciação, é nesse sentido, aprender intenções”.

### **1.3 O TRABALHO DO DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS**

De acordo com análise dos profissionais da área, taquigrafia é escrever na mesma velocidade com que se fala. E a definição de taquígrafo, segundo o Dicionário Aurélio, é: “Taquígrafo - profissional que exerce escrita abreviada e simplificada, na qual se empregam sinais que permitem escrever com a mesma rapidez com que se fala”.

José Anunciação, Diretor da Taquigrafia da Câmara dos Deputados, em suas constantes palestras pelo Brasil afora, discursa sobre o histórico da taquigrafia:

A implantação dos serviços taquigráficos nos Parlamentos brasileiros ocorreu em 3 de maio de 1823, data da instalação da Primeira Constituinte. José Bonifácio, Patriarca da Independência, tratou de organizar tais serviços, com o que quatro taquígrafos brasileiros exerceram a profissão, pela primeira vez, no País.

Dissolvida a Assembléia, seguiu-se-lhe, em 25 de março de 1824, a Constituição operando o desmembramento dos dois ramos do Legislativo. Desde então, vêm os taquígrafos efetuando um trabalho que se entende como a própria crônica da História Parlamentar, pois através desses serviços se registram os debates, os discursos e todo o processo de elaboração legislativa.

Já em 1962, nesta Capital, a Câmara dos Deputados dispunha, em sua estrutura administrativa, conforme a Resolução nº 67, da Diretoria de Registro Taquigráfico de Debates e da Diretoria de Revisão e Redação para a execução dos serviços taquigráficos.

A Resolução nº 20, de 30 de novembro de 1971, deu nova configuração administrativa à Câmara, com os serviços taquigráficos sendo geridos pelo Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação, contando com duas Coordenações, a de Registro Taquigráfico de Debates e a de Revisão e Redação de Debates.

Atualmente o Departamento de Taquigrafia da Câmara dos Deputados (DETAQ) possui quatro Coordenações, a saber: Coordenação de Registro Taquigráfico, Coordenação de Revisão, Coordenação de Redação Final e Coordenação de Histórico de Debates, esta última procedendo ao armazenamento e recuperação de dados ou informações referentes aos registros de toda a atividade parlamentar, no âmbito do Plenário e das Comissões Técnicas. (ANUNCIAÇÃO, José. Disponível em: <<https://www.jose.anunciacao@camara.gov.br>>. Acesso em: 10 set. 2006).

Para muitos, o taquígrafo trabalha pouco, pois permanece apenas 2 minutos em plenário, retornando ao mesmo recinto cerca de 1 hora após esse período. Nesse ínterim, ele tem que traduzir seus taquigramas para a Língua Portuguesa e disponibilizá-lo na Internet, com todas as correções possíveis.

Dentre as funções e responsabilidades para tal mister, o Diretor da Taquigrafia ainda ressalta:

As funções do DETAQ abrangem a cobertura das sessões plenárias da Câmara dos Deputados e das sessões conjuntas do Congresso Nacional, além dos eventos na área de comissões. Dentre muitas, destacam-se as seguintes funções:

- a) registro taquigráfico e revisão simultaneamente à realização de sessões plenárias e/ou, quando necessário, de reuniões de comissões;
- b) transcrição taquigráfica de reuniões de comissões e outros eventos a elas relacionados, com revisão e supervisão dos textos;
- c) supervisão e redação final de pronunciamentos lidos ou encaminhados à publicação;

d) sistematização dos dados referentes aos pronunciamentos para inserção em banco de dados.

Na área de Comissões, o DETAQ efetua a transcrição taquigráfica das reuniões de Comissões Permanentes e Especiais, conforme as solicitações; de todas as reuniões das Comissões Parlamentares de Inquérito; de simpósios, mesas-redondas e audiências públicas promovidas pelas Comissões Técnicas; e de outros eventos relacionados com as atividades legislativas, conforme determinação da Secretaria-Geral da Mesa.

Todas as "normas especiais", cujo conhecimento é indispensável para o funcionário, estão elencadas no "Manual de Normas e Procedimentos do Departamento de Taquigrafia".

(ANUNCIAÇÃO, José. Disponível em: <<https://www.jose.anunciacao@camara.gov.br>>. Acesso em: 10 set. 2006).

O Departamento de Taquigrafia, segundo o mesmo Diretor, presta serviços com o objetivo principal de possibilitar a divulgação dos dados estruturados em pronunciamentos, depoimentos e debates, envolvendo diversos interessados que representam o público-alvo dos seus trabalhos. São eles: autores das intervenções, que podem revisar os textos; os demais parlamentares que se interessem pelo assunto; jornalistas credenciados; a Secretaria de Comunicação Social - Assessoria de Divulgação e Relações Públicas, que utiliza o material para confecção no noticiário a ser divulgado pelo programa *A Voz do Brasil* e no *Jornal da Câmara*; as assessorias parlamentares, envolvendo representantes de órgãos oficiais e da sociedade em geral; a Mesa Diretora, para acompanhamento das atividades parlamentares em plenário; o Centro Gráfico do Senado Federal, encarregado da publicação da íntegra das sessões no "Diário da Câmara dos Deputados"; pesquisadores e estudiosos nacionais e estrangeiros; e a sociedade em geral.

Nas sessões plenárias, o taquígrafo responsabiliza-se pelo registro dos pronunciamentos e debates e pela sua decifração, conforme tabela de entrada em plenário. Este sistema decorre da necessidade de fornecimento das notas taquigráficas aos interessados em tempo hábil.

Os “quartos” de cinco taquígrafos passam pela análise de um revisor, que serve de ponto de apoio a uma eventual lacuna, para suprir ou dirimir qualquer dúvida. O texto é conferido com base em suas anotações e se procede à adequação aos cânones gramaticais, num trabalho de “polimento”.

Numa etapa posterior, concatenados os “quartos” correspondentes a cada orador, o texto passa pela fase de redação final, etapa em que se cuida de aparar as últimas arestas e de se lhe dar homogeneidade e sentido lógico-formal. Os discursos lidos e/ou encaminhados à publicação recebem o mesmo tratamento.

Encarregam-se também alguns servidores da leitura da íntegra dos pronunciamentos para a feitura do sumário da sessão, que capeia o Diário da Câmara dos Deputados e que visa a orientar o leitor quanto aos oradores e ao conteúdo das intervenções. Este material também está disponível ao final das sessões da Câmara dos Deputados, na Internet ([www.camara.gov.br](http://www.camara.gov.br)).

Quanto às reuniões de Comissões, as gravações efetuadas pela Coordenação de Audiovisual são encaminhadas ao Núcleo de Registro Taquigráfico em Comissões, que, por sua vez, realiza a distribuição de pacotes de áudio aos taquígrafos para decifração. Nesse trabalho, já que realizado a *posteriori*, os taquígrafos contam com o apoio de roteiros contendo a relação seqüencial dos oradores e outros dados. Posteriormente, o trabalho passa pela fase de conferência, revisão e redação final, sendo encaminhado à Comissão respectiva.

#### **1.4 RETEXTUALIZAÇÃO NA ATIVIDADE TAQUIGRÁFICA**

O ato de retextualizar constitui cortes, acréscimos, eliminação de marcas estritamente interacionais, hesitações. Observe o exemplo abaixo:

Narrativa oral de um jovem de 17 anos:

eh, eu vou falar sobre minha família.... sobre meus pais...sobre o que eu acho deles... como eles me tratam... bem... eu tenho uma família...pequena...ela é composta pelo meu pai... pelo meu irmão...pequeno...dez anos...eh...o meu irmão não influencia em nada...a minha mãe é uma pessoa superlegal...sabe?

Narrativa oral de uma estudante do 4º semestre de Letras:

Bem, eu tenho uma família pequena — meu pai, minha mãe e meu irmão. Tenho um irmão que não influencia em nada. Minha mãe é superlegal. (MARCUSCHI, 2005, p. 78).

No exemplo acima, observamos que na mesma modalidade oral há diferentes formas de se comunicar a mesma idéia. Na retextualização escrita, observa-se que as mudanças são maiores. A linguagem oral em muito se diferencia da escrita.

Uma das características da oralidade é a repetição, seja de itens lexicais, sintagmas, orações ou mesmo estruturas. Essas repetições são eliminadas em conjunto com as redundâncias informais e algumas reformulações parafrásticas. De igual modo, eliminam-se os pronomes pessoais do caso reto, os chamados egóticos (“eu” e “nós”), que têm conotação verbal de primeira pessoa.

Para se ter uma idéia, Segundo Marcuschi (1992), em trabalho sobre as formas, posições e funções da repetição, comprovou que, na oralidade, cerca de 20% do material lingüístico é repetido, sem contar nesse percentual as reduplicações tidas como hesitações e elementos formais ou sem autonomia semântica, tais como artigos, conjunções e preposições.

Esses cortes e adequações ocorrem também no Departamento de Taquigrafia da Câmara dos Deputados. O taquígrafo funciona como se fosse uma peneira. Portanto, por haver três instâncias desse departamento — taquigrafia, revisão e supervisão — são 3 peneiras. Sendo assim, a fidelidade absoluta é o lema principal pregado pelo Departamento de Taquigrafia. Pode haver estruturas gramaticais diferenciadas na oralidade que são corrigidos na escrita, como, por exemplo, na concordância verbal, nominal, regência e até mesmo conjugação verbal.

Esses apagamentos decorrem em função do respeito à Câmara dos Deputados. A instituição não divulga o texto literal e o revisado para não conspurcar a imagem do Parlamentar perante a sociedade. Essa norma é seguida pelos profissionais da área de taquigrafia. Eles seguem o Manual de Redação da Câmara dos Deputados. É uma espécie de Bíblia, dicionário e gramática para ser seguido fielmente. Nesse, está divulgada a norma culta da linguagem e seus procedimentos adequados.

## **2 APONTAMENTOS TEÓRICOS**

A linguagem não é usada somente para veicular informações, não é só a função referencial que se utiliza na comunicação, as pessoas falam para serem ouvidas, respeitadas e, também, para exercer influências no ambiente em que realizam seus atos lingüísticos. “O poder da palavra é o poder de mobilizar a autoridade acumulada pelo falante e concentrá-la num ato lingüístico”. (BOURDIEU, 1977). Vemos isso num discurso político, num sermão, numa aula de qualquer disciplina, numa assembléia. As regras que governam a produção apropriada dos atos lingüísticos levam em conta as relações sociais entre o falante e o ouvinte.

### **2.1 LINGUAGEM, PODER E DISCRIMINAÇÃO.**

“O ato verbal é constituído com base no contexto lingüístico e extralingüístico ao qual o orador está inserido” (GNERRE, 1998). Para se comunicar, é preciso primeiramente saber com quem vai falar, o que vai falar e em qual contexto. Regras são estabelecidas na comunicação entre emissor e receptor para que a mensagem seja entendida com sucesso. A idéia vai conduzir o pensamento cognitivo dos elementos da comunicação.

Escrever nunca foi e nunca vai ser a mesma coisa que falar. Trata-se de uma operação que influi necessariamente nas formas escolhidas e nos conteúdos referenciais. Os atos individuais da fala constituem, do ponto de vista da língua, simples refrações ou variações fortuitas ou mesmo deformações das formas normativas.

Os cidadãos, apesar de declarados iguais perante a lei, são, na realidade, discriminados já na base do mesmo código em que a lei é redigida. A maioria dos cidadãos não têm acesso ao código, ou, às vezes, tem uma possibilidade reduzida de acesso pela escola e pela norma pedagógica ali ensinada.

Há uma separação entre a variedade culta ou padrão e a outras devido a vários motivos: a variedade culta é associada à escrita, à tradição gramatical. Ela é inventariada nos dicionários e é a portadora legítima de uma tradição cultural e de uma identidade nacional. O poder da escrita foi, nos últimos séculos, uma operação que respondeu a exigências políticas e culturais.

## **2.2 ELEMENTOS LINGÜÍSTICOS DISCURSIVOS**

As palavras não têm realidade fora da produção lingüística, elas existem nas situações nas quais são usadas. “Um texto é a unidade lingüística comunicativa básica falada ou escrita, de qualquer extensão, dotada de unidade sociocomunicativa, semântica ou formal”.(COSTA VAL, 1999, p. 5).

Há 7 fatores responsáveis pela textualidade do discurso: *coerência*, responsável pelo sentido do texto; a *coesão*, manifestação lingüística da coerência; *intencionalidade*, concerne ao empenho do produtor em construir um discurso capaz de satisfazer os objetivos que tem em mente numa determinada situação comunicativa; *aceitabilidade*, refere-se à expectativa do receptor de que o conjunto de ocorrências com que se defronta seja um texto coerente, útil e relevante capaz de levá-lo a adquirir conhecimentos ou a cooperar com os objetivos do produtor; *situacionalidade*, diz

respeito aos elementos responsáveis pela pertinência e relevância do texto quanto ao contexto em que ocorre; *informatividade*, diz respeito à medida na qual as ocorrências de um texto são esperadas ou não, conhecidas ou não, no plano conceitual ou formal; e *intertextualidade*, concerne aos fatores que fazem a utilização de um texto dependente dos conhecimentos de outros textos.

Segundo Maria da Graça da Costa Val (1999), esses sete elementos da textualidade são imprescindíveis no processo da comunicação. São eles: coesão, coerência, intencionalidade, aceitabilidade, situacionalidade, informatividade e intertextualidade.

Quanto à *coerência e coesão* — fatores fundamentais da textualidade — envolve não só aspectos lógicos e semânticos, mas também cognitivos, na medida em que depende do partilhar de conhecimentos entre os interlocutores. O sentido do texto é construído não só pelo produtor, mas também, pelo receptor que precisa deter os conhecimentos necessários à sua interpretação.

Trabalhar um texto alheio é de grande responsabilidade. Assim ocorre com os profissionais da taquigrafia. A omissão de uma simples vírgula faz toda diferença no sentido. Para ilustrar tal situação, Delúbio Soares, tesoureiro do PT, ao ser indagado numa Comissão do Congresso Nacional sobre suas faculdades mentais, antes de o escândalo do PT ter ocorrido, ele respondeu: “Não tive isso em 2003”.

Ao ouvir determinado trecho, a taquígrafa ficou na dúvida sobre a existência da vírgula. Conforme a entonação emitida por ele, não houve a pausa, só que, ao tomar conhecimento dos fatos e por estar informada da situação atual da época, ela colocou

uma vírgula após a palavra “não”. Assim, a frase tomou sentido: “Não, tive isso em 2003”.

A *coesão* e a *coerência* foram fundamentais nesse caso. Isso faz toda diferença no trabalho desenvolvido por esses profissionais, além de executar ofício de magnificiência espetacular, é preciso ainda estar a par da atualidade em todos os aspectos. A respeito desse assunto, a Diretora da Taquigrafia do Senado Federal, Denise Ortega de Baère, teceu comentários ao *Jornal do Senado*:

O taquígrafo é uma enciclopédia ambulante. Ele tem que se virar para dar a informação correta em tempo real e preciso, observando todos os detalhes: desde a entonação à sua informação sobre a atualidade (*Jornal do Senado*, 3/03/2006).

Questões sociais e políticas-chave têm um caráter parcialmente lingüístico-discursivo. Assim sendo, ao analisar textos criticamente não estão interessados apenas nos textos em si, mas em questões sociais que incluem maneiras de representar a realidade, manifestação de identidades e relações de poder no mundo contemporâneo.

Outros elementos da textualidade são: *intencionalidade* e *aceitabilidade*. O primeiro diz respeito à meta que se pretende num determinado texto: informar, impressionar, alarmar, convencer, pedir, etc. É essa meta que vai nortear a confecção de um texto. O segundo, *aceitabilidade*, refere-se à expectativa em relação ao texto. Isso significa que o texto tem a cooperar com os objetivos do produtor.

Segundo Beaugrande e Dressler (1983 apud COSTA VAL, 1999, p. 12), “*situacionalidade* diz respeito aos elementos responsáveis pela pertinência e relevância do texto quanto ao contexto em que ocorre. É adequação do texto à situação sociocomunicativa”.

Tudo vai depender do ambiente no qual o orador está inserido. Por exemplo, a norma culta da língua não servirá como base na comunicação entre agricultores, indígenas, enfim, na classe mais humilde da sociedade. O importante é falar e ser entendido, assim, a comunicação será compreendida com sucesso pelos receptores. Mas nem todos os integrantes de uma sociedade têm acesso à língua padrão da linguagem, por isso uma variedade lingüística vale o que valem na sociedade os seus falantes, isto é, valem como reflexo do poder e da autoridade que eles têm nas relações econômicas e sociais.

Quanto à *informatividade*, diz respeito ao grau de informação contida no texto. Isso significa que ele tem que apresentar todas as informações necessárias para que seja compreendido com o sentido que o produtor pretende.

Por último, a *intertextualidade*, que faz uma correlação aos fatores que fazem a utilização de um texto dependente do conhecimento de outros textos. Inúmeros textos só fazem sentido quando entendidos em relação a outros, que funcionam como seu contexto.

### **2.3 QUADRO TRIDIMENSIONAL DE FAIRCLOUGH — TEXTO: PRÁTICA DISCURSIVA E PRÁTICA SOCIAL**

Segundo a teoria de Fairclough (2001, p. 42), “a linguagem é uma forma de prática social, sendo que há sempre uma relação bidirecional entre textos e sociedade, isto é, as formas discursivas e as estruturas sociais se influenciam mutuamente”. Ao

usar o termo discurso, o mesmo autor propõe considerar o uso da linguagem como forma de prática social, e não como atividade puramente individual ou reflexo de variáveis situacionais .

A seqüência é esta: texto — prática discursiva e prática social. No texto, há preocupação com o léxico e padrões da norma culta; na prática discursiva, diz respeito à interpretação do texto e, para isso, preocupa-se com a sua produção; já na prática social, busca explicação para o evento discursivo, isto é, como as estruturas sociais moldam e determinam os textos e como esses atuam sobre as estruturas sociais.

Fairclough (1992) propõe, em *Discurso e Mudança Social*, um modelo tridimensional de análise de discurso, que compreende a análise da prática discursiva, do texto e da prática social. O modelo é representado pela figura abaixo.

A figura 1 - Concepção tridimensional do discurso em Fairclough:



FAIRCLOUGH (1992, p. 101).

De acordo com Fairclough (1992, p.22), "qualquer evento discursivo é considerado simultaneamente um texto, um exemplo de prática discursiva e um exemplo de prática social". A primeira dimensão do quadro tridimensional de análise proposto por Fairclough é a análise textual, que usa o aparato da Lingüística Sistêmica

e Funcional de Halliday (1985). A segunda dimensão é a análise das práticas discursivas, aqui sendo entendidas como a dimensão do uso da linguagem que envolve os processos de produção, distribuição e consumo dos textos, sendo variada a natureza desses processos dentre os tipos diferentes de discurso e de acordo com os fatores sociais. A terceira dimensão do quadro metodológico é a análise da prática social, que tem em vista os contextos culturais e sociais mais amplos, levando em consideração, primordialmente, o conceito de hegemonia no sentido de um modo de dominação baseado em alianças, em consentimento, na incorporação de outros grupos através de sua subordinação. Nesta teoria, o discurso é entendido como constituinte do social, como um modo de ação, pois é uma das maneiras pelas quais as pessoas podem agir sobre o mundo e sobre os outros, mas é também visto como uma forma de representação, pois nele valores e identidades são representados de forma particular. Os discursos são concebidos como não apenas reproduzindo entidades e relações sociais, mas também como as construindo de diversas maneiras, cada uma das quais posicionando os sujeitos sociais também de diferentes maneiras. Assim ocorre num texto proferido pelos Parlamentares da Câmara dos Deputados. Primeiramente, o orador deseja ser entendido. Para isso, preocupa-se com a norma culta da linguagem e os padrões definidos. Em segundo lugar, ele deseja ser entendido na sua comunicação, elaborando uma mensagem acessível a todos ouvintes, desde os mais humildes aos mais eruditos. No terceiro aspecto, prática social, está implícita a mudança de comportamento das pessoas ao ouvirem determinada mensagem. É a influência que acaba gerando nas pessoas para se manifestarem favoravelmente ao enunciado. Segundo ainda Fairclough (2001, p. 37), “os indivíduos são capazes de resistir à ideologia e de transformar as relações de poder”.

Nesse sentido, Bakhtin (1992) comenta que o uso da língua se efetua em forma de enunciados (orais e escritos), concretos e únicos, proferidos pelos participantes de uma outra esfera da atividade humana. O enunciado não se repete, ele é um evento único. Ele é a unidade real da comunicação discursiva, pois os discursos só podem existir na forma de enunciados.

O enunciado, como totalidade discursiva, não pode ser considerado como unidade do último e superior nível do sistema da língua, pois forma parte de um mundo totalmente diferente, o das relações dialógicas, que não podem ser equiparadas às relações lingüísticas dos elementos no sistema da língua. Considera o enunciado como a unidade da comunicação discursiva (BAKHTIN, 1992, p. 74).

Ainda na construção do enunciado, é importante ressaltar que a linguagem é responsável pela construção da identidade. O que eu falo eu me construo aos olhos dos outros. Partindo dessa premissa, o falante ideal não fica nervoso, não treme e não troca palavras. Esse, infelizmente, é o referencial.

Falar em público, para alguns, é uma tortura: vem o problema da timidez, do nervosismo. Isso porque o pensamento é mais rápido do que a fala. Primeiro a pessoa pensa, organiza as idéias, depois, exterioriza-as. Mas acontece que, em certos casos, a mente fica confusa, desorganizada e a pessoa não consegue ser entendida. Assim, sua comunicação fica prejudicada. É como preceitua a professora de Análise do Discurso, do UniCEUB, Josênia, numa de suas aulas inaugurais: “Quer conhecer uma pessoa, deixe-a falar”.

Por meio da linguagem que eu enuncio, e é dentro da linguagem que eu me pronuncio. Infelizmente, é na linguagem que se toma conhecimento da imagem de determinada pessoa.

### 3 – METODOLOGIA: DA FALA PARA A ESCRITA — ATIVIDADES DE RETEXTUALIZAÇÃO

Esse trabalho insere-se num quadro de pesquisa qualitativa, baseada em análise de dois discursos dos Deputados (Zico Bronzeado e Luiz Couto), com o objetivo de verificar as mudanças ocorridas nesses textos, na passagem da linguagem oral para a escrita. Um dos discursos foi apresentado de forma *ipsis verbis*, e outro revisado justamente para provar que nem tudo que se escreve é o que se fala. São feitos cortes, acréscimos, supressões, enfim, a intenção é melhorar o texto de forma a deixá-lo compreensível para que o Parlamentar comunique sua idéia com sucesso.

O *corpus* do trabalho constitui análise de discursos parlamentares proferidos em plenário da Câmara dos Deputados. Para esse procedimento, o acesso a eles foi por meio do SITAQ, Sistema da Taquigrafia, onde nele está inserido o áudio da Câmara dos Deputados. Primeiramente o taquígrafo ouve, taquigrafa, revisa e, em seguida, disponibiliza *on line* na Internet.

Nessa mesma pesquisa, foram utilizados *sites* da Internet, gramáticas diversas e Manual de Redação da Câmara dos Deputados, uma espécie de Bíblia seguida por todos os profissionais dessa instituição.

As categorias de análise do *corpus* foram os elementos da textualidade: coesão, coerência, intencionalidade, aceitabilidade, situacionalidade, informatividade e intertextualidade.

Os procedimentos para tal análise partem do princípio da retextualização do texto oral para escrito. O taquígrafo na Câmara dos Deputados é que fica com essa incumbência.

Mas o que é mesmo retextualizar? É transformar o discurso oral em escrito, fazendo alterações tão pouco quanto possíveis, mas tanto quanto necessárias. A questão é: o que é necessário? Modificações indispensáveis são os erros gramaticais, o que transgride as regras descritas para o Português. É preciso, portanto, atentar para a liberdade que muitas vezes a língua portuguesa oferece. Para tal análise, foram utilizados alguns recursos, tais como: o Manual de Procedimentos do Departamento de Taquigrafia da Câmara dos Deputados e o Manual de Estilo e Redação da Câmara dos Deputados.

É de ressaltar a importância desse profissional taquígrafo para presenciar a situação momentânea e tentar passar para o papel, da maneira mais fiel possível, o que acaba de ouvir. Uma máquina jamais se incumbiria de tal mister. Ela jamais substituirá o homem, enquanto ser pensante e consciente. O homem possui a faculdade de discernir o certo do errado, o lógico do ilógico, o que pode ser publicado do que não pode ser, o que é regimental do que é anti-regimental.

Para ilustrar tal situação, existem várias maneiras de dizer a mesma coisa, por exemplo, no Departamento de Taquigrafia da Câmara dos Deputados, troca-se o verbo “ter” por “haver” — não que o verbo “ter” esteja incorreto, mas padroniza-se na forma culta tal enunciação para dar um aspecto melhor ao texto escrito. Isso Marcuschi explica:

Há duas modalidades da comunicação entre os homens: a oral e a escrita. Poderíamos definir o homem como um ser que fala, e não como um ser que escreve. Não que a oralidade seja superior à escrita, nem traduz a convicção de que a escrita é derivada e a fala é primária.

A escrita não pode ser tida como uma representação da fala, porque a escrita não consegue reproduzir muitos dos fenômenos da oralidade, tais como a prosódia, a gestualidade, os movimentos do corpo e dos olhos, entre outros. Em contrapartida, a escrita apresenta elementos significativos próprios, ausentes na fala, tais como o tamanho e tipo de letras, cores e formatos, elementos psicotrópicos que operam como gestos, mímica e prosódia graficamente representados. (MARCUSCHI, 2005, p. 17).

Essas duas modalidades permitem a construção de textos coesos e coerentes, ambas permitem a elaboração de raciocínios abstratos e exposições formais e informais, variações estilísticas, sociais, dialéticas. As limitações e o alcance de cada uma estão dados pelo potencial do meio básico de sua realização: som de um lado e grafia de outro.

Mais importante do que verificar a relevância de uma ou de outra modalidade é esclarecer a natureza das práticas sociais que envolvem o uso da língua. Essas práticas determinam o lugar, o papel e o grau de relevância da oralidade.

Nesse caso, há uma reconfiguração da linguagem oral para escrita. Mesmo sendo favorável de que não há como representá-la, tenta-se. A intenção é fazer parecer aquilo que se escreve com aquilo que se fala. É certo que em muitos casos é difícil, mas não impossível. Para isso, o item que mais se respeita é a fidelidade ao orador. A fala é adquirida naturalmente em contextos informais do dia-a-dia e nas relações sociais e dialógicas, já a escrita é adquirida em contextos formais: na escola, no trabalho, na vida burocrática, nas atividades intelectuais.

#### **4 UMA ANÁLISE: NEM TUDO QUE SE ESCREVE É O QUE SE FALA**

Nesse capítulo será feita análise de dois discursos dos Deputados Luiz Couto e Zico Bronzeado. Ambos figuras atuantes, esforçadas e que transpuseram as barreiras do limite do conhecimento. Nela, consideram-se requisitos clareza, concisão, aspectos gramaticais e formais adequados ao gênero discursivo — no caso, discurso político —, procurando respeitar o texto do orador. Serão analisados, também, os elementos discursivos da textualidade.

A intenção é aprimorar o processo de revisão, interpretação e construção do sentido do texto, exercício imprescindível para melhorar o desempenho lingüístico pessoal e profissional, sem desconsiderar o estilo do orador. Assim, percebe-se que a língua falada em muito se diferencia da escrita, pois nesta há preocupação constante com concordâncias, regências, e, naquela, predomina a preocupação com a informação, com a mensagem que se quer passar.

Logo abaixo será feita análise dos discursos separadamente para identificar os apagamentos e o elementos discursivos da textualidade.

##### **4.1 ANÁLISE DO DISCURSO DO DEPUTADO LUIZ COUTO**

Muitas vezes, o que excede nas palavras acaba confusa a intenção do falante. Assim ocorreu no pronunciamento proferido pelo Deputado Luiz Couto, improvisado na sessão plenária da Câmara dos Deputados, em 9 de março de 2006 (em anexo). O que motivou a escolha do texto ora em análise foi a linguagem simples e coloquial do orador.

Pode-se observar, em relação à textualidade, que o discurso tem coerência de idéias, porém faltam-lhe clareza, objetividade, concisão e coesão. Ademais, os conectores lingüísticos deveriam ser mais bem empregados. Exemplo disso é a expressão “e”, que ocorre em demasia ao longo do discurso, sem a intenção de ligar palavras ou orações: “(...) E nesse aspecto....” “(...) E nesse novo tempo (...)”, ambos ocorridos no quarto parágrafo.

Abaixo está o fragmento do discurso para se fazer a devida análise.

*Versão *ipsis verbis*:*

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, dia 4 de março, Sr. Presidente, participei, no Município de Alcantil, no Estado da Paraíba, da primeira Festa do Leite, promovida pela Prefeitura Municipal, tendo à frente o Prefeito José Milton Rodrigues. Foi uma festa muito bonita, uma festa importante, em que produtores e agricultores familiares, em que toda a comunidade participou. (Anexo I, parág. 1).

*Versão revisada:*

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, dia 4 de março, participei, no Município de Alcantil, Estado da Paraíba, da I Festa do Leite, promovida pela Prefeitura Municipal, tendo à frente o Prefeito José Milton Rodrigues. Foi uma festa muito bonita e importante, da qual participaram produtores e agricultores familiares, enfim, toda a comunidade. (Anexo 2, parág 1).

No primeiro parágrafo, primeira e segunda linhas, a estrutura dos vocativos utilizada pelo orador “Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas”, foi alterada para “Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados” por se tratar da expressão padrão estabelecida no Departamento de Taquigrafia da Câmara dos Deputados.

Na segunda linha, ao referir-se à data do evento, o Deputado não utiliza a preposição “em” . Foi mantida a fala do Deputado porque, gramaticalmente, não é obrigatório o uso da preposição nesse caso.

Ainda na segunda linha, há repetição do vocativo “Sr. Presidente” que foi excluída, uma vez que se trata de repetição desnecessária. Esta é uma característica predominante do orador: ser enfático. Nesse caso, observamos muito a categoria intencionalidade, pois o orador tem a meta de convencer e chamar a atenção. Por isso repete muito o vocativo “Sr. Presidente”, no sentido de apelar veementemente pela atenção do ouvinte.

Na terceira linha, substitui-se o termo “primeira” pelo algarismo romano “I”, conforme determina o Manual de Redação da Câmara dos Deputados (p. 213), que nos orienta a utilizar essa enumeração para eventos que se repetem periodicamente.

Foi excluída a expressão “no” e “uma festa” da terceira e quinta linhas, por se tratarem de repetições que podem ser suprimidas sem prejudicar em nada o entendimento do texto, sendo que, no lugar da segunda, acrescenta-se a conjunção aditiva “e”.

O verbo “participar”, na sexta linha, segundo o Dicionário Aurélio, na acepção de “ter ou tomar parte”, é verbo transitivo indireto. Celso Luft, em seu Dicionário Prático de Regência Verbal, ensina que são admitidas as regências “de” e “em” neste caso. Dessa forma, fez-se a opção pela estrutura mais usual e menos formal, o que reproduz melhor o estilo do orador.

Mais uma vez, observa-se a repetição de suas palavras de modo a causar fadiga: “(...) Foi uma festa muito bonita, uma festa importante(...) em que(...) em que produtores e familiares....em que toda família(...)”. Logo abaixo, o segundo parágrafo do discurso para ser analisado.

*Versão ipsis verbis:*

Eu queria parabenizar todos aqueles que realizaram aquela primeira festa, mostrando que é um Município que está desenvolvendo a pecuária, enfim, mostrando que é possível trabalhar unindo todas as forças. São mais de 11 mil litros de leite produzidos a cada dia, mostrando a pujança daquele Município. (Anexo 1, parág. 2).

*Versão revisada:*

Quero parabenizar todos os que realizaram essa festa, mostrando que o Município está desenvolvendo a pecuária e que é possível trabalhar unindo todas as forças. São mais de 11 mil litros de leite produzidos a cada dia, o que demonstra a pujança do Município. (Anexo 2, parág. 2).

A expressão inicial “eu queria parabenizar” foi modificada para “quero parabenizar”, locução verbal no presente do indicativo, dando idéia de certeza. O orador já está parabenizando, portanto o fato ocorre no momento da fala. O emprego do verbo no futuro do pretérito “queria”, traria a idéia de incerteza.

Em prol da clareza e da concisão, ao longo do parágrafo, foram retirados a expressão “mostrando” que aparece repetidamente. Além de cometer o pecado do gerundismo, demonstra uma falta de coerência de idéias e habilidade na oratória. Lembrando que o orador é um padre. Essa é uma característica do Deputado Luiz Couto, falta-lhe uma coordenação de idéias — não por estar nervoso no momento da fala, nem por pressa — mas, sim, pela calma e reflexão em pronunciar-se em plenário. Na revisão desse trecho, o termo “mostrando” deu lugar à expressão “o que demonstra”, que parece ser mais adequada.

No parágrafo a seguir ainda continuam as repetições:

*Versão ipsis verbis:*

Parabenizar a todos, dizer que essa festa, com certeza, continuará mostrando a força daquele povo que acredita que é possível fazer um desenvolvimento com participação. (Anexo 1, parág. 3).

*Versão revisada:*

Quero parabenizar todos os que realizaram essa festa, mostrando que o Município está desenvolvendo a pecuária e que é possível trabalhar unindo todas as forças. São mais de 11 mil litros de leite produzidos a cada dia, o que demonstra a pujança do Município. (Anexo 2, parág. 3).

O orador já havia parabenizado a todos, por isso, torna-se desnecessária a repetição “parabenizar a todos” evitando assim a repetição. Já o trecho “dizer que essa festa, com certeza continuará (...)” foi modificada para “comemorações como essa, com certeza continuarão (...)” para dar sentido ao emprego do verbo no futuro do presente do indicativo. A festa terminou. Entendemos que a intenção do Deputado foi dizer que as próximas festas do leite, ou seja, as reedições dessa festa continuarão mostrando a força do povo.

Assim, no trecho acima, podemos perceber, no tocante aos elementos da textualidade, a inserção da situacionalidade, pois resultou da adequação do texto à situação sociocomunicativa.

*Versão ipsis verbis:*

E é nesse aspecto, Sr. Presidente, que até o lema da Prefeitura atual é "Início de um Novo Tempo". E esse novo tempo é um novo tempo onde o Prefeito José Milton Rodrigues trabalha tendo o apoio da comunidade e fazendo com que aquele Município seja cada vez mais desenvolvido. (Anexo 1, parág. 4).

*Versão revisada:*

Nesse aspecto, Sr. Presidente, o lema atual da Prefeitura é "Início de um Novo Tempo". Nesse novo tempo, o Prefeito José Milton Rodrigues trabalha com o apoio da comunidade para que o Município seja cada vez mais desenvolvido. (Anexo 2, parág. 4).

No último parágrafo, o termo "e" configura marca de oralidade, por isso deve ser retirado. Inclusive, duas linhas após essa incidência, ele ocorre novamente. Na mesma linha, excluem-se os termos "é" e "que até" porque iniciamos a oração por "Nesse aspecto" e entende-se que a expressão "até" diminuiria a importância do lema da Prefeitura. O Deputado não quis dar essa conotação ruim, mas exaltar o trabalho do Prefeito. O adjetivo "atual" foi posposto ao substantivo "lema", porque a expressão "Prefeitura atual" não é correta, ao nosso ver. A Prefeitura é sempre a mesma, o que muda e pode ser atual é o Prefeito ou a administração.

Foi substituída a oração "e esse novo tempo é um novo tempo onde" pelo advérbio temporal "Nesse novo tempo" - seguido de vírgula por se tratar de advérbio anteposto. O "e" representa traço de oralidade e não há necessidade de repetir "novo tempo", até porque a frase anterior termina com a mesma expressão; o adjunto adverbial de lugar "onde" está incorreto, o certo seria "em que". Nesse caso, pudemos perceber, no tocante às categorias da textualidade, a existência da intertextualidade, isto é, para entender determinado trecho, é preciso ter uma noção da Prefeitura passada, da atual e quem pertence a cada uma delas.

Na penúltima linha do anexo 2, parágrafo 4, traz novamente o gerundismo em dois trechos "tendo o apoio da comunidade" e "fazendo com que (...)", por isso, substituí-se "tendo" por "com" e "fazendo com" por "para".

O trabalho da taquigrafia foi de suma importância nesse exemplo. Mesmo não cometendo erros crassos, observou-se a necessidade de o texto passar pela instância de enquadramento aos padrões estabelecidos pela norma culta e também às normas regimentais seguidas pelo Manual de Procedimento da Taquigrafia da Câmara dos Deputados. Esse é o trabalho desenvolvido pelos profissionais da Taquigrafia.

#### **4.2 ANÁLISE DO DISCURSO DO DEPUTADO ZICO BRONZEADO**

No anexo 3, discurso proferido pelo Deputado Zico Bronzeado, observam-se estruturas diferenciadas gravíssimas do ponto de vista gramatical. Na versão revisada, elas não são publicadas. Imaginem como ficaria conspurcada a imagem do Parlamentar, caso publicassem *on line* os discursos proferidos. Nem tudo que se escreve é o que se fala.

Por isso Marcuschi preceitua:

A escrita não é a representação da fala. A fala é dinâmica, gestual, prosódica, movimentando o corpo e olhos para se comunicar. A escrita tem limitações e apresenta elementos significativos próprios ausentes na fala, tais como, tipo de letra, cores, formatos, etc. (MARCUSCHI, 2005, p. 124).

No presente texto do Deputado Zico Bronzeado, o orador comunicou-se mais com o corpo, com os olhos, com os gestos, com a expressão facial do que propriamente com as palavras. Desse modo, as categorias de textualidade predominantes, neste caso, foram a intencionalidade e a aceitabilidade. A primeira resulta no empenho do produtor em construir um discurso coerente, coeso e capaz de satisfazer os objetivos que tem em mente numa determinada situação comunicativa. E, quanto à aceitabilidade, resulta exatamente na expectativa do receptor de que o

conjunto de ocorrências com que se defronta seja um texto coerente, coeso, útil e relevante, capaz de levá-lo a adquirir conhecimentos ou a cooperar com os objetivos do produtor.

Um simples seringueiro do Estado do Acre é hoje Deputado Federal. Imaginem quão esforço S.Exa. se valeu para transpor seus limites. O conhecimento, para S.Exa., não foi aprendido no dia-a-dia, nas escolas, e, sim, na prática quotidiana — foi à força mesmo.

Passemos para análise do discurso do Deputado citado:

Texto *ipsis verbis*:

Sr. Presidente, Sras. E Srs. Deputados, eu tinha me inscrevido para falar da mesma matéria que o meu colega Deputado Nilson Mourão terminou de fazer o registro aqui nesta tribuna. (Anexo 3, parág. 1).

Texto revisado:

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, tinha me inscrito para falar da mesma matéria que o meu colega, Deputado Nilson Mourão, acabou de pronunciar aqui nesta tribuna. (Anexo 4, parág. 1).

Por exemplo, o uso da palavra “inscrevido”, na segunda linha, não poderia ser publicada de maneira nenhuma. Dói aos nossos ouvidos. A maneira correta seria “inscrito”. A conjugação verbal na forma nominal participio foi usada de maneira incorreta.

Segundo Bakhtin:

A linguagem nasce do social. A construção do sentido é dúbia. O meu eu se constrói a partir do outro. Eu tenho vários “eus”. Todo discurso é, por natureza, dialógico e intertextual. Todo discurso constrói várias possibilidades de análise. É o chamado dialogismo de Bakhtin: várias vozes atuando no texto. Todo discurso afirma alguma

coisa e nega outras. A intertextualidade diz respeito ao diálogo que se estabelece com outro texto. (BAKHTIN, 1992, p. 57).

#### Continuando a análise do texto *ipsis verbis*:

Queria aqui também me solidarizar e me colocar à disposição do povo acreano e queria dizer, Sr. Presidente, e companheiro Deputado Nilson Mourão, os primeiros atingidos são exatamente o povo lá da minha região, Assis Brasil, Brasiléia, Epitaciolândia e Xapuri. Fomos pego pela lei da natureza. Brasiléia teve, na verdade, há uma semana atrás, um incidente promovido pelas chuvas de 9 horas em seguida. Recebemos eu e V.Exa. um comunicado da Prefeita Leila pedindo inclusive que nós pudesse, junto ao Governo Federal, à Defesa Civil, tentar algum tipo de apoio. E hoje os problemas são maiores porque através das chuvas vêm as enchentes. O rio Acre transbordou, alcançando a cifra de 17 metros, só visto em 97, aonde 30 mil pessoas foram atingidas. Eu queria aqui dizer que a bancada federal, com certeza, está solidária. (Anexo 3, parág. 2).

#### Texto revisado:

Quero aqui também me solidarizar e me colocar à disposição do povo acreano, Deputado Nilson Mourão. Os primeiros atingidos são exatamente o povo da minha região: Assis Brasil, Brasiléia, Epitaciolândia e Xapuri. Fomos pegos pela lei da natureza. Brasiléia teve, há uma semana, nove horas seguidas de chuvas. Recebemos comunicado da Prefeita, Leila, pedindo inclusive que pudéssemos, junto ao Governo Federal, à Defesa Civil, tentar algum tipo de apoio. Hoje os problemas são maiores porque é por meio da chuvas que ocasionam as enchentes. O rio Acre transbordou, alcançando a média de 17 metros acima do seu nível. Isso só foi presenciado em 1997, quando 30 mil pessoas foram atingidas. (Anexo 4. parág. 2)

Segundo a Gramática Ilustrada de (HIDELBRANDO, 1990, p. 115), “o futuro do pretérito expressa um fato posterior hipotético com relação a outro fato já passado”. O uso do verbo nesse tempo indica incerteza, colocando em dúvida tal solicitação.

Uma característica predominante nos discursos do Deputado Zico Bronzeado é a citação rotineira dos Municípios do Acre. Em quase todos os seus pronunciamentos nomeia os Municípios, em sua maioria de origem indígena, combinando com a sua característica hereditária.

A expressão “que nós pudesse”, presente na sétima linha do anexo 3, *ipsis verbis*, demonstra a falta de conhecimento do orador em pluralizar as palavras. Imagine a publicação desse texto exatamente como foi pronunciado em plenário, como conspurcaria a imagem do Parlamentar perante seu Estado e até mesmo perante a Nação. Para isso, a figura do taquígrafo é essencial nesse processo. Jamais a máquina cumpriria tal bom senso. Trata-se de uma atividade humana mesmo. Nesse caso, houve a incidência da categoria da informatividade. Um discurso menos previsível é mais informativo, porque a sua recepção, embora mais trabalhosa, resulta mais interessante e mais envolvente. E foi o caso em análise.

E mais, no momento em que o Deputado pronuncia: “O rio Acre transbordou, alcançando a cifra de 17 metros (...)”, na antepenúltima linha do Anexo 3, *ipsis verbis*, ocorre um erro de quantidade. Cifra é usada para valores monetários. Tal palavra jamais poderia ser aplicada em tal situação.

A expressão “aonde”, também presente na antepenúltima linha do mesmo parágrafo, aponta a falta de habilidade em usar corretamente nossa língua pátria.

Aonde é combinação de **a** com **onde** e só se usa com verbos, nomes e expressões que dão idéia de movimento: Exemplo: **Aonde** vão as crianças? Nesse caso, há movimento. Já no exemplo — **onde** estão as crianças? — o verbo **estar** não é dinâmico. (SACCONI, 1990, p. 78).

Continuando a análise do texto do Deputado Zico Bronzeado.

*Versão ipsis verbis:*

E eu queria aqui dizer que a bancada federal, com certeza, está solidária. Vamos esperar o expediente do Governo Jorge Viana, do Prefeito Angelim, para que gente possa ir junto à Defesa Civil. (Anexo 3, parág. 3).

*Versão revisada:*

A bancada federal, com certeza, está solidária. Vamos aguardar o comunicado do Governador Jorge Viana e do Prefeito Angelim, para que possamos resolver esse problema junto à Defesa Civil. (Anexo 4, parág. 3).

Foi eliminada a expressão: “e eu queria aqui dizer”, pois é irrelevante no texto, como também foi substituído o termo “expediente”, na segunda linha da versão *ipsis verbis*, por “comunicado”. Assim, limpou-se mais o texto de maneira a facilitar sua compreensão e visando a atender à categoria da coesão e coerência.

Uma padronização nos textos proferidos em plenário diz respeito à substituição da expressão “a gente” por “nós”, de maneira oculta. Trata-se da maneira mais culta de utilizar a Língua Portuguesa.

No cotidiano dos brasileiros é muito comum dizer «a gente» em substituição do pronome «nós», o que altera a pessoa da 1.<sup>a</sup> do plural para a 3.<sup>a</sup> do singular. É como em Portugal dizer «a gente foi ao cinema» em substituição de «fomos ao cinema»? E há uma explicação para essa substituição tão extravagante? E ainda mais: por qual razão no Brasil há a clara tendência de reduzir a conjugação dos verbos somente para 3 pessoas — eu/você, ele, a gente / vocês, eles. (Disponível em: <<http://ciberduvidas.sapo.pt/php/resposta.php?id=11343> >. Acesso em: 20 set. 2006).

Assim ocorre nos discursos do Deputado Zico Bronzeado, onde a preferência de S.Exa. é sempre usar o “a gente”, de maneira mais coloquial. É claro que não está incorreto, mas o papel do taquígrafo é sempre modificar essa expressão por se tratar de divulgar pronunciamentos proferidos segundo padronização definida no Manual de Procedimento do Departamento de Taquigrafia da Câmara dos Deputados.

Com relação aos elementos discursivos, observa-se que há coerência e coesão, pois o texto tem sentido completo nas suas orações. Há também intencionalidade, pois o objetivo do discurso foi chamar atenção das autoridades para os problemas que ocorrem no Estado do Acre. Quanto à situacionalidade, todo o contexto está inserido nessa problemática. Quanto à intertextualidade, observa-se que,

para entender corretamente o discurso, seria necessário haver um conhecimento prévio do que está ocorrendo. E nisso o texto é extremamente feliz devido a linguagem simples e coloquial do autor.

#### **4.3 OS APAGAMENTOS NA TRANSCRIÇÃO DO DISCURSO ORAL PARA O ESCRITO (RETEXTUALIZAÇÃO), SEM ALTERAÇÃO DO SENTIDO.**

Até que ponto o taquígrafo pode mudar o discurso do Parlamentar? Nesse caso, é imprescindível usar o bom senso. Algumas expressões podem ser modificadas sem prejuízo do sentido. Por exemplo, a palavra “colocação”, é trocada por ponderação, abordagem. “quero fazer uma colocação”, disse o Deputado Zico Bronzeado, nesse caso, trocou-se pelo termo “ponderação”, ficando assim: “Quero fazer uma ponderação”.

O Dicionário Houaiss registra o verbo “colocar” também com o sentido de trazer à baila, propor, aventar; já o Dicionário Aurélio, com o sentido de apresentação, exposição de fatos ou idéias. E “ponderação”, entre outros significados, reflexão, meditação, consideração. Diante disso, não se justifica a troca, porém essa é uma norma estabelecida pela Instituição. Portanto, deve se cumpri-la.

Maria da Graça da Costa Val (1999), explicita as categorias da textualidade imprescindíveis na comunicação. O ato de retextualizar constitui não apagar nenhum desses elementos: coesão, coerência, intencionalidade, intertextualidade, aceitabilidade, situacionalidade e informatividade. Devem-se tomar esses cuidados no tocante à preservação dessas categorias.

Outra expressão apagada dos pronunciamentos é o verbo “achar”, que segundo o Dicionário Aurélio: “achar – (...) encontrar por acaso; encontrar, obter; conseguir, deparar-se com; considerar, julgar, supor; sentir, experimentar; julgar acertado; resolver (...)”. Sendo assim, não se considera errado o uso da palavra “achar” em referência a crer, pensar, considerar.

Muitas vezes, o que o ocorre é que se modifica um discurso para ficar com a mesma conotação. Para proceder a qualquer alteração, o taquígrafo precisa entender o sentido do discurso, porém nem sempre é possível se fazer isso, tendo em vista que esse profissional entra em plenário e permanece por lá apenas dois minutos. Não sabe o que o orador disse antes, nem tão pouco, depois.

É necessário uma sintonia entre os taquígrafos antecessores e os sucessores para haver os devidos casamentos dos trechos e para fazer sentido o que o orador transmite aos ouvintes. Lembrando que toda essa tarefa se desenvolve numa luta contra o tempo. São cinqüenta minutos para o taquígrafo sair da sua sala, se dirigir ao plenário, ouvir seu trecho, taquigrafar, retornar à sala e respectivamente sua mesa de trabalho, transcrever seus taquigramas para a Língua Portuguesa, corrigir os erros crassos e disponibilizar *on line* para todo o Brasil, ou melhor, para o mundo.

O significado de uma parte do discurso não é autônoma, há uma relação de dependência com outras partes com que se relaciona. Dependendo do contexto em que está inserida, uma mesma frase pode ter sentido diferente. Se não levamos em consideração as relações que esta mantém com as demais componentes do texto, corremos o risco de dar-lhe sentido oposto.

Um apagamento que se observa nesse processo de retextualização é a repetição de expressões, a chamada recorrência. Isso mesmo, a recorrência torna mais fácil a recuperação da informação. É importante frisar que muitos oradores utilizam desse recurso para facilitar a compreensão do texto, ou simplesmente, como função enfática. Assim, elas não representam, de maneira alguma, pobreza vocabular, e, sim, ênfase.

#### **4.4 RETEXTUALIZAR: UMA TAREFA DIFÍCIL**

Retextualizar, ou seja, transformar um discurso oral para escrito é uma tarefa muito complicada, por mais que se esforce, o taquígrafo não poderá passar a emoção de um discurso para um papel. Aliás, papel aceita tudo. O taquígrafo presenciou ao vivo a explanação de Parlamentar. No calor da discussão sobre determinado tema polêmico, gestos, expressões, risos, gritos, expressões faciais são comumente usadas no dia-a-dia no plenário. Como passar tudo isso para o papel? Há certos sinais de pontuação que ajudam um pouco, mas não muito. É o caso das reticências que são usadas em demasia. Mas como transcrever um grito, um murro em cima da mesa, um empurrão, um xingamento? Tudo isso passa pelo crivo e o bom senso do taquígrafo para analisar e pensar na devida publicação.

O Deputado Jair Bolsonaro, um certo dia, fez seu pronunciamento oral na tribuna da Câmara dos Deputados, outro Deputado sorria veementemente das palavras ditas, dos gestos. Diante disso, o Deputado Jair Bolsonaro se irritou com essa situação e perguntou: “Tem algum palhaço aqui?” Parou de falar por alguns minutos, encarou o Deputado e, posteriormente, continuou seu discurso. Diante dessa situação, o

taquígrafo fez o registro, apresentou os instantes de pausa, mas não mencionou o porquê dessa frase: “Tem algum palhaço aqui”.

Palavras são ditas de diversas maneiras: ironicamente, sorridentemente, com gargalhadas, ou também de maneira irada, revoltada e melancólica. Não existe mágica para expressar essas mesmas palavras para o papel. A escrita é fria, indiferente e igual em qualquer situação. A fala é emocional, passageira e rápida. Não se consegue escrever aquilo que se fala com toda carga emotiva a qual o orador a apresenta naquele momento.

Não existe uma maneira de transcrever uma emoção, um choro, um sorriso, uma gargalhada, uma ironia, um gesto obsceno, enfim. Só a fala representa o lado emocional de um indivíduo. Pode ser que daqui a algum tempo exista uma outra modalidade que consiga expressar tais sentimentos, mas, até o momento, ficamos com apenas a escrita.

## CONCLUSÃO

Aquele discurso bonito, eloqüente e correto que se lê divulgado na grande imprensa ou mesmo disponibilizado *on line* na Internet não é exatamente aquilo que foi pronunciado pelo Parlamentar em plenário. O texto entra pelos bastidores da taquigrafia, toma banho, se perfume e sai livre leve e solto para cumprir com objetivo estabelecido pela comunicação: influenciar o pensamento das pessoas, divulgar acontecimentos e informar sobre algum assunto específico.

Aprendemos desde os primórdios de nossa infância que a escrita é a representação da fala. Mas o que ocorre é que ela não consegue representar a língua falada de forma completa. A linguagem corporal, a entonação, as emoções que carregam certas expressões e até mesmo fatores externos têm conotações diversas e ajudam na comunicação oral, sendo impossível passar para o papel o sentimento e a subjetividade que são manifestadas no texto falado.

Na modalidade oral, nos preocupamos demasiadamente em nos expressar de forma escorreita, provavelmente faremos um discurso cheio de intervalos, porque a fala nunca conseguirá acompanhar os pensamentos. Por isso, quando registramos um discurso improvisado, muitas vezes, torna-se incompreensível, incompleto ou demasiadamente repetitivo.

Publicar um discurso parlamentar *ipsis verbis* seria de uma irresponsabilidade tamanha, pois comprometeria a instituição e denigriria a imagem do Parlamentar. Nesse instante, entra a figura do taquígrafo, que usa o bom senso para separar corrigir erros grosseiros primando pela fidelidade ao texto do orador.

Na transcrição do oral para o escrito, jamais o taquígrafo poderá modificar a linguagem simples e coloquial de um Deputado para aquela que não condiz com seu linguajar, com a seu tipo de discurso. Trata-se de uma atividade muito complexa, é como se tivesse pisando em ovos para não quebrar.

Esse trabalho me possibilitou perceber a complexidade do papel do taquígrafo no aperfeiçoamento dos textos, que deve sanar pontos conflituosos, sempre primando pela clareza e concisão textuais.

## REFERÊNCIAS

- ANUNCIAÇÃO, José. Disponível em: <<https://www.jose.anunciacao@camara.gov.br>>. Acesso em: 10 set. 2006.
- BAKHTIN Mikhail. *Estética da Criação Verbal*. São Paulo: Martins Fontes, 1992.
- BEAUGRANDE, Robert-Alain de e DRESSLER, Wolfgang U. *Introduction to text linguistics*. 2ª imp., Londres, Longman, 1983.
- BRONZEADO, Zico. Disponível em: <[www.camara.gov.br/cd/atividade/pronunciamento/consulta](http://www.camara.gov.br/cd/atividade/pronunciamento/consulta)>. Acesso em 8 ago. 2006.
- CÂMARA DOS DEPUTADOS, *Manual de Procedimentos do Departamento de Taquigrafia da Câmara dos Deputados*. Revisado em 2006.
- CARDONA, G.R. *Antropologia de la escritura*. Barcelona: Gedisa, 1994.
- COSTA Val, Maria da Graça. *Redação e Textualidade*. 2ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- COUTO, Luiz. <[www.camara.gov.br/cd/atividade/pronunciamento/consulta](http://www.camara.gov.br/cd/atividade/pronunciamento/consulta)>. Acesso em: 17 set. 2006.
- CUNHA, C.; CINTRA, L. *Nova gramática do português contemporâneo*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.
- DIONÍSIO, Ângela. MACHADO, A.R. BEZERRA, Maria Auxiliadora. *Gêneros textuais e ensino*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2002.
- FAIRCLOUGH, Norman. *Discurso e Mudança Social*. Brasília: Universidade de Brasília, 2001.
- FERREIRA, A. B. H. *Novo Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa*. 2. ed. Revista e ampliada. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.

GNERRE, Maurizio - *Linguagem, Escrita e Poder* - 4ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

HIDELBRANDO André A. de, *Gramática Ilustrada*. 4 ed. São Paulo: Moderna, 1990.

KOCH, Ingedore Grungeld Villaça. *A Inter-ação pela Linguagem*. São Paulo: Contexto, 1992.

\_\_\_\_\_ & TRAVAGLIA, Luiz Carlos. *A Coerência Textual*. 14a ed. - São Paulo: Contexto, 2002.

\_\_\_\_\_. *O Texto e a Construção dos Sentidos*. São Paulo: Contexto, 1997.

\_\_\_\_\_. *Introdução à Lingüística Textual*. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

\_\_\_\_\_. *Desvendando os Segredos do Texto*. São Paulo Cortez 2002.

LEAL, M. C. *Coesão Textual*. Apostila do Curso de Pós-Graduação. Brasília: Uniceub, 2005.

LUFT, Celso Pedro. *Dicionário prático de regência Verbal*. São Paulo: Ática, 2003.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. *Da Fala para a Escrita: atividades de retextualização* – 6ª ed. São Paulo: Cortez, 2005.

MEURER J.L., ADAIR Bonini, Désirre MOTTA (org) – *Gêneros, teorias, métodos e debates* – São Paulo: Parábola Editorial, 2005.

ORLANDI, E. P. *Discurso e Leitura*. 3 ed. São Paulo: Cortez, 1996.

\_\_\_\_\_. *Discurso e texto: formulação e circulação dos sentidos*. Campinas: Pontes, 2005.

SACCONI, Luiz Antonio. *Não erre mais*. São Paulo: Atual, 1990.

**ANEXO 1 DISCURSO DO DEPUTADO LUIZ COUTO (*ipsis verbis*)**

O SR. LUIZ COUTO (PT-PB. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, dia 4 de março, Sr. Presidente, participei, no Município de Alcantil, no Estado da Paraíba, da primeira Festa do Leite, promovida pela Prefeitura Municipal, tendo à frente o Prefeito José Milton Rodrigues. Foi uma festa muito bonita, uma festa importante, em que produtores e agricultores familiares, em que toda a comunidade participou.

Eu queria parabenizar todos aqueles que realizaram aquela primeira festa, mostrando que é um Município que está desenvolvendo a pecuária, enfim, mostrando que é possível trabalhar unindo todas as forças. São mais de 11 mil litros de leite produzidos a cada dia, mostrando a pujança daquele Município.

Parabenizar a todos, dizer que essa festa, com certeza, continuará mostrando a força daquele povo que acredita que é possível fazer um desenvolvimento com participação.

E é nesse aspecto, Sr. Presidente, que até o lema da Prefeitura atual é "Início de um Novo Tempo". E esse novo tempo é um novo tempo onde o Prefeito José Milton Rodrigues trabalha tendo o apoio da comunidade e fazendo com que aquele Município seja cada vez mais desenvolvido.

**ANEXO 2 DISCURSO DO DEPUTADO LUIZ COUTO (revisado)**

O SR. LUIZ COUTO (PT-PB. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, dia 4 de março, participei, no Município de Alcantil, Estado da Paraíba, da I Festa do Leite, promovida pela Prefeitura Municipal, tendo à frente o Prefeito José Milton Rodrigues. Foi uma festa muito bonita e importante, da qual participaram produtores e agricultores familiares, enfim, toda a comunidade.

Quero parabenizar todos os que realizaram essa festa, mostrando que o Município está desenvolvendo a pecuária e que é possível trabalhar unindo todas as forças. São mais de 11 mil litros de leite produzidos a cada dia, o que demonstra a pujança do Município.

Essas comemorações, com certeza, continuarão mostrando a força daquele povo, que acredita ser possível desenvolvimento com participação.

Nesse aspecto, Sr. Presidente, o lema atual da Prefeitura é "Início de um Novo Tempo". Nesse novo tempo, o Prefeito José Milton Rodrigues trabalha com o apoio da comunidade para que o Município seja cada vez mais desenvolvido.

**ANEXO 3 DISCURSO DO DEPUTADO ZICO BRONZEADO (*ipsis verbis*)**

O SR. ZICO BRONZEADO (PT-AC. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. E Srs. Deputados, eu tinha me inscrito para falar da mesma matéria que o meu colega Deputado Nilson Mourão terminou de fazer o registro aqui nesta tribuna.

Queria aqui também me solidarizar e me colocar à disposição do povo acreano e queria dizer, Sr. Presidente, e companheiro Deputado Nilson Mourão, os primeiros atingidos são exatamente o povo lá da minha região, Assis Brasil, Brasiléia, Epitaciolândia e Xapuri. Fomos pego pela lei da natureza. Brasiléia teve, na verdade, há uma semana atrás, um incidente promovido pelas chuvas de 9 horas em seguida. Recebemos eu e V.Exa. um comunicado da Prefeita Leila pedindo inclusive que nós pudesse, junto ao Governo Federal, à Defesa Civil, tentar algum tipo de apoio. E hoje os problemas são maiores porque através das chuvas vêm as enchentes. O rio Acre transbordou, alcançando a cifra de 17 metros, só visto em 97, aonde 30 mil pessoas foram atingidas. Eu queria aqui dizer que a bancada federal, com certeza, está solidária.

E eu queria aqui dizer que a bancada federal, com certeza, está solidária. Vamos esperar o expediente do Governo Jorge Viana, do Prefeito Angelim, para que gente possa ir junto à Defesa Civil.

**ANEXO 4 DISCURSO DO DEPUTADO ZICO BRONZEADO (revisado)**

O SR. ZICO BRONZEADO (PT-AC. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, tinha me inscrito para falar da mesma matéria que o meu colega, Deputado Nilson Mourão, acabou de pronunciar aqui nesta tribuna.

Quero aqui também me solidarizar e me colocar à disposição do povo acreano, Deputado Nilson Mourão. Os primeiros atingidos são exatamente o povo da minha região: Assis Brasil, Brasiléia, Epitaciolândia e Xapuri. Fomos pegos pela lei da natureza. Brasiléia teve, há uma semana, nove horas seguidas de chuvas. Recebemos comunicado da Prefeita, Leila, pedindo inclusive que pudéssemos, junto ao Governo Federal, à Defesa Civil, tentar algum tipo de apoio. Hoje os problemas são maiores porque é por meio da chuvas que ocasionam as enchentes. O rio Acre transbordou, alcançando a média de 17 metros acima do seu nível. Isso só foi presenciado em 1997, quando 30 mil pessoas foram atingidas.

A bancada federal, com certeza, está solidária. Vamos aguardar o comunicado do Governador Jorge Viana e do Prefeito Angelim, para que possamos resolver esse problema junto à Defesa Civil.